



SOLENIIDADE - Ato de implantação da frente parlamentar para aperfeiçoamento do Judiciário, criada a partir de pedido do deputado Arlen Santiago

Assembleia cria frente para discutir formas de melhorar a Justiça

Deputados atuarão em parceria com a Associação dos Magistrados

Ana Flávia Gussen
agussen@hojeemdia.com.br

A Assembleia Legislativa criou ontem uma frente parlamentar para discutir a elaboração de projetos de lei que possam aperfeiçoar a Justiça mineira. O grupo de deputados tem como primeira missão re-discutir a Lei de Organização e Divisão Judiciárias, que dentre outras atribuições rege sobre a criação de novas comarcas e varas em Minas.

A frente parlamentar tem como parceira a **Associação dos Magistrados de Minas (Amagis)**. Durante o evento, o presidente da entidade, desembargador Herbert

Carneiro, pediu empenho dos deputados para agilizar o aprimoramento da Lei de Organização e Divisão Judiciárias que deve chegar à Casa até o início

do próximo semestre. O magistrado aproveitou para agradecer o empenho dos parlamentares que, de acordo com ele, deram uma tramitação célere a

projetos de interesse do Judiciário protocolados nesse ano.

PEDIDO

“Faço um apelo aos deputados no sentido de que ouçam nossos juizes e aprovelem o projeto que cria novos cargos de assessoramento. Não podemos dizer amém ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que simplesmente engessa o número de assessores”, declarou Carneiro. O magistrado pediu ainda união aos colegas por “prever embates durante esse ano no plano nacional”.

O autor do requerimento que criou a frente parlamentar, Arlen Santiago (PTB), colocou como prioridades do grupo discutir a segurança dos juizes e um incremento na estrutura de trabalho dos servidores da Justiça.

“A taxa de congestionamento de processos em Minas é de 70%. Além disso, temos cerca de 300 juizes e servidores ameaçados de morte. É vergonhoso ainda termos que discutir isso”, disparou o petebista, que aproveitou para destacar a ausência de juizes em pelo menos 39 comarcas mineiras.

Ainda não foram nomeados os membros da frente parlamentar que, além de discutir junto à Amagis a votação de projetos de lei, ainda vai atuar fora do âmbito legislativo. •

SAIBA MAIS

Oposição se nega a votar empréstimo

O bloco de oposição na Assembleia Legislativa “Minas Sem Censura” se negou a votar o projeto de lei do Executivo que pede autorização para contratar empréstimo da ordem de R\$1,5 bilhão com instituição internacional.

Comisso, a base não apareceu para votar ontem e os trabalhos no plenário devem ser retomados apenas na próxima terça-feira. Segundo justificativa do Governo estadual, o empréstimo servirá para abarcar projetos do Plano Plurianual de Ação Governamental.



PEDIDO - Desembargador Herbert Carneiro, presidente da Amagis, fez apelo aos deputados para que eles ouçam os juizes durante os trabalhos